

RELATÓRIO SINTÉTICO



Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado do Maranhão - SINTSEP MA

.

Junho de 2023

Resumo Conclusivo

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), no 1º quadrimestre de 2023, o Estado do Maranhão aumentou sua Despesa Total com Pessoal (DTP), em termos nominais, em 5,57%. Por outro lado, a Receita Corrente Líquida (RCL) ajustada registrou um crescimento de 15,58% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esses percentuais estão acima da inflação acumulada no período entre maio de 2022 e abril de 2023, que foi de 4,18%¹.

Esse aumento significativo na receita em relação à despesa possibilitou uma mudança significativa na relação entre a DTP/RCL. **No 1º quadrimestre de 2023, essa relação ficou em 32,59%, o que representa uma diferença de 13,96 pontos percentuais abaixo do limite prudencial e 16,41 abaixo do limite máximo². Esse é o menor limite fiscal desde 2015, quando comparamos o 1º quadrimestre dos anos entre 2015 e 2023³.**

O crescimento da RCL foi impulsionado, sobretudo, pela melhora na arrecadação do governo. A “Receita Tributária” apresentou um aumento nominal de cerca de 7,62%. Além disso, os repasses do governo federal para o estado na forma de “Transferências Correntes” também contribuíram para o crescimento da RCL, com um aumento de aproximadamente 15,85%. No período analisado, o ICMS, principal imposto do estado, manteve certa estabilidade, com um crescimento 0,02%, considerando o efeito da inflação.

Em relação à DBP, os gastos com o “Pessoal Inativo e Pensionista” tiveram um aumento nominal de 3,09%, enquanto os gastos com o “Pessoal Ativo” aumentaram 13,02%, no mesmo período. As despesas não computadas, que são deduzidas para o cálculo do limite fiscal dobraram o seu valor devido às despesas com “Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados”, o que contribui para explicar o baixo percentual do limite fiscal.

¹ Foi considerado o IPCA acumulado para este período.

² O limite prudencial para os estados é de 46,55% e o patamar máximo pode chegar a 49,00%.

³ Ver Anexo.

Introdução

O presente relatório sintético utiliza informações do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), divulgados pelo Tesouro Nacional por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Os dados apresentados nas tabelas deste relatório estão em valores nominais, ou seja, não foram ajustados pela inflação, para permitir comparações. No entanto, em alguns momentos, consideramos os valores reais. É importante observar que os dados referentes ao 1º quadrimestre de 2023 abrangem o período de maio de 2022 a abril de 2023. Quando comparados ao mesmo **período do ano anterior**, referem-se a maio de 2021 e abril de 2022, e quando comparados ao **período imediatamente anterior**, referem-se ao acumulado do ano 2022, ou seja, de janeiro a dezembro.

1. Lei de responsabilidade fiscal

A Lei Complementar nº 101/2000⁴ – mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas que traçam parâmetros para a construção e execução do orçamento público, tendo como dois principais pontos a definição: (1) dos limites de gastos com pessoal, (2) monitoramento das despesas do orçamento. Os limites da despesa com pessoal, previstos na LRF, são dados pela relação percentual entre a Receita Corrente Líquida (RCL) e a Despesa Total com Pessoal (DTP). A **Receita Corrente Líquida (RCL)** é determinada da seguinte maneira:

(Receita Tributária + Receita de Contribuições + Receita Patrimonial + Receita Agropecuária + Receita Industrial + Receita de Serviços + Transferências Correntes + Outras Receitas Correntes) – (Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência + Compensação Financeira entre Regimes Previdência + Dedução de Receita para Formação do FUNDEB).

⁴ A Lei Complementar nº 173/2020 estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus e altera a LRF nº 101/2000 de forma temporária. A publicação da Lei nº 173, em maio de 2020, em linhas gerais, tratou de flexibilizar as regras orçamentárias alterando prazos para a prestação de contas e renegociando as dívidas com a União, reestrutura a operações de crédito junto ao sistema financeiro para dar maior capacidade de pagamento para os estados e municípios no combate ao Coronavírus; além da compensação pela perda de ICMS⁴.

As contrapartidas exigidas são: 1) renúncia a ações contra a União ajuizadas após 20 de março de 2020; 2) congelamento das despesas com pessoal⁴, proibindo aumentos, reajustes, criação de cargos, modificação na estrutura de carreira, contagem de tempo para aquisição de vantagens pessoais, realização de concurso públicos (exceto para áreas relacionadas com a pandemia); 3) adotar aumento real do total das despesas obrigatórias (superior ao IPCA-IBGE) apenas se houve aumento da arrecadação ou redução das despesas.

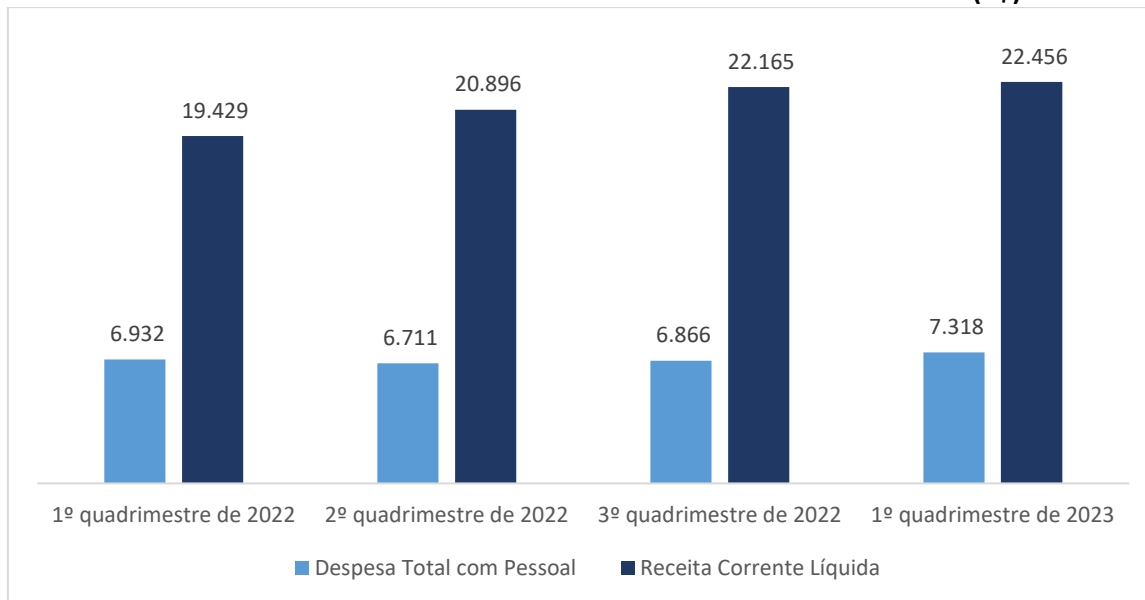
Já a **Despesa Total com Pessoal (DTP)** considera a Despesa Líquida com o Pessoal liquidada no exercício e inscritas em restos a pagar. A **Despesa Líquida com Pessoal (DLP)** é determinada da seguinte maneira:

(Despesa com Pessoal Ativo + Despesa Com Pessoal Inativo e Pensionistas + Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização) – (Despesas com Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária + Despesas decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao do Apuração + Despesas de Exercícios Anteriores ao de período anterior ao da apuração + despesas com inativos e pensionistas com recursos vinculados)

2. Receita e Despesas

Segundo o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) publicado pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI), no primeiro quadrimestre de 2023, a “Despesa Total com Pessoal” (DTP) atingiu aproximadamente R\$ 7,3 bilhões. Isso representa um aumento nominal de cerca de R\$ 386,1 milhões em comparação com mesmo período do ano anterior, correspondendo a um crescimento nominal de 5,6%. Em comparação com o quadrimestre imediatamente anterior, houve um aumento de 6,6%, o equivalente a cerca de R\$ 452 milhões.

Gráfico 1 – Receita Corrente Líquida ajustada (RCL) e Despesa Total com Pessoal (DTP) – Maranhão – 2022 e 2023 – acumulado em 12 meses – Em milhões (R\$)



Fonte: SICONFI – Relatório de Gestão Fiscal. Anexo 1. Elaboração: DIEESE

No período analisado, a “Receita Corrente líquida” ajustada foi de aproximadamente R\$ 22,4 bilhões, apresentando um crescimento de 15,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que equivale a um aumento nominal de cerca de R\$ 3

bilhões. Em comparação com o quadrimestre anterior, a RCL registrou um aumento nominal de 1,3%, o que significa um montante de R\$ 291,6 milhões.

3. Despesa Total com Pessoal

Com base nos dados apresentados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI), observou-se que a “Despesa Bruta com Pessoal” nos últimos doze meses até o final do primeiro quadrimestre de 2023 teve um aumento nominal de 9,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando cerca de R\$ 820,6 milhões. Esse crescimento é explicado, principalmente, pelo incremento de 13% nos gastos com Pessoal Ativo, o que representa aproximadamente R\$ 728,9 milhões. Os gastos com Pessoal Inativo e Pensionistas aumentaram 3,1% (cerca de R\$ 87,5 milhões).

Além disso, observa-se uma tendência de crescimento nas “Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de terceirização ou contratação de forma indireta”. No 1º quadrimestre de 2022, essa despesa era de cerca de R\$ 3 mil, enquanto no 1º quadrimestre de 2023, a despesa foi de R\$ 4,2 milhões.

**Tabela 1 – Despesa total com Pessoal (DTP)
Maranhão – 2022 e 2023 – acumulado em 12 meses (Em R\$)**

Despesas	1º quadrimestre de 2022	2º quadrimestre de 2022	3º quadrimestre de 2022	1º quadrimestre de 2023
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.428.791.713	8.757.116.183	9.155.227.122	9.249.420.574
Pessoal Ativo	5.596.481.429	5.825.449.692	6.310.734.565	6.325.382.029
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.832.307.370	2.931.663.577	2.844.365.961	2.919.847.316
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.914	2.914	126.596	4.191.229
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.532.885.228	2.082.614.330	2.355.382.119	1.997.760.864
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	570.724	563.556	528.474	438.394
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	57.738	67.718	242.244	265.156
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	30.995.581	29.634.994	18.667.166	17.247.361
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.501.261.186	2.052.348.062	2.335.944.236	1.979.809.953

Despesa Líquida com Pessoal	6.895.906.485	6.674.501.853	6.799.845.002	7.251.659.709
Restos a pagar	36.268.372,63	36.268.372,63	66.475.437,54	66.611.420,49
Despesa Total com Pessoal	6.932.174.857	6.710.770.225	6.866.320.440	7.318.271.130

Fonte: SICONFI. RGF – Anexo 1. Elaboração: DIEESE

Em relação ao quadrimestre imediatamente anterior, a “Despesa Bruta com Pessoal” apresentou um aumento nominal de cerca de 1%, equivalente a aproximadamente R\$ 94,2 milhões. Dentro desse contexto, as despesas com o “Pessoal Inativo e Pensionistas” mostraram aumento, em termos nominais, de 2,7%, enquanto as despesas com “Pessoal Ativo” tiveram um crescimento nominal de 0,2%.

As “Despesas Não Computadas”, que são abatidas para o cálculo do limite fiscal, registraram um aumento de 30,3% em seu valor nominal em relação ao ano anterior, totalizando aproximadamente R\$ 464,9 milhões. Destaca-se um aumento significativo nas despesas relacionadas a “Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados”, que apresentaram um crescimento de 31,9%. Já as despesas “Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração” aumentaram quatro vezes, enquanto as “Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao de Apuração” apresentaram uma queda de cerca de 44,4%.

Comparado ao quadrimestre anterior, as “Despesas Não Computadas” apresentaram uma queda de 15,2%, equivalente a cerca de R\$ 357,6 milhões. Essa redução foi principalmente impulsionada pela diminuição no volume das despesas relacionadas a “Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados”, que diminuíram em 15,3%, ou R\$ 356,1 milhões.

Nota-se, ainda, um crescimento significativo dos “Restos a Pagar” no 1º quadrimestre de 2023. O montante, que era de aproximadamente R\$ 36,3 milhões no primeiro quadrimestre de 2022, aumentou para R\$ 66,6 milhões, representando um aumento de quase 84%.

3.1 Despesas liquidadas por função

No período de janeiro a abril de 2023, as despesas liquidadas pelo estado do Maranhão apresentaram uma queda nominal de cerca de 5,7%, o equivalente a R\$ 368,7 milhões, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Os maiores aumentos, em termos relativos, foram observados nas funções de “Cultura” (69,1%), “Organização

Agrária” (49,2%), “Saúde” (38,9%), “Transporte” (38,3%) e “Promoção Industrial” (37,8%). Contudo, essas funções têm uma participação baixa no orçamento, com exceção da função “Saúde”. Por outro lado, as maiores quedas foram registradas nas funções de “Encargos Especiais” (-81,7%), “Habitação” (-77,5%), “Trabalho” (-66,3%) e “Saneamento” (-52,2%).

As funções “Saúde”, “Previdência Social” e “Educação” representaram as maiores despesas liquidadas no 1º quadrimestre de 2023, concentrando 52% das despesas no período.

**Tabela 2 – Despesas liquidadas por função de janeiro até abril de cada ano
Maranhão – 2022 e 2023**

Despesas	2022	Part.	2023	Part.	Var.
DESPESAS	6.510.024.186	100,00%	6.141.284.019	100,00%	-6%
Saúde	832.043.728	12,78%	1.155.987.203	18,82%	39%
Previdência Social	946.586.289	14,54%	1.024.655.309	16,68%	8%
Educação	952.382.695	14,63%	1.017.950.759	16,58%	7%
Segurança Pública	585.359.183	8,99%	534.413.965	8,70%	-9%
Judiciária	392.297.161	6,03%	388.745.328	6,33%	-1%
Urbanismo	397.289.180	6,10%	356.572.571	5,81%	-10%
Administração	314.675.338	4,83%	301.561.169	4,91%	-4%
Essencial à Justiça	240.175.342	3,69%	252.955.582	4,12%	5%
Transporte	174.412.708	2,68%	241.155.256	3,93%	38%
Legislativa	194.049.993	2,98%	212.888.494	3,47%	10%
Direitos da Cidadania	178.096.206	2,74%	185.739.289	3,02%	4%
Encargos Especiais	984.349.731	15,12%	180.002.702	2,93%	-82%
Assistência Social	94.666.514	1,45%	106.051.895	1,73%	12%
Cultura	25.905.428	0,40%	43.803.037	0,71%	69%
Agricultura	42.264.126	0,65%	40.692.734	0,66%	-4%
Saneamento	69.909.442	1,07%	33.424.476	0,54%	-52%
Desporto e Lazer	13.176.776	0,20%	14.153.180	0,23%	7%
Ciência e Tecnologia	11.758.914	0,18%	13.502.683	0,22%	15%
Gestão Ambiental	12.689.703	0,19%	11.211.941	0,18%	-12%
Comércio e Serviços	13.722.286	0,21%	6.914.122	0,11%	-50%
Organização Agrária	3.573.164	0,05%	5.332.749	0,09%	49%
Promoção Industrial	3.578.249	0,05%	4.929.423	0,08%	38%
Habitação	16.667.458	0,26%	3.742.720	0,06%	-78%
Trabalho	8.336.339	0,13%	2.812.948	0,05%	-66%

Fonte: SICONFI. RREO. Anexo 02. Elaboração: DIEESE. (1) exceto intra-orçamentárias.

4. Receita Corrente Líquida (RCL)

As “Receitas Correntes” do estado do Maranhão, segundo o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), cresceram em 15,1% - cerca de R\$ 4 bilhões, em comparação com o mesmo quadrimestre do ano anterior (1º quadrimestre de 2022). Em relação ao quadrimestre imediatamente anterior, houve um aumento nominal de 1%, aproximadamente R\$ 288,9 milhões.

As “Transferências Correntes”, que representaram 48,1% das “Receitas Correntes” no 1º quadrimestre de 2023, registraram um aumento de 15,9% (R\$ 2 bilhões), em comparação com o mesmo período do ano anterior. A Cota-parte do FPE, que representa 78,2% das transferências e 37,6% das Receitas Correntes, teve um crescimento de R\$ 1,8 bilhão.

Tabela 3 – Demonstrativo da RCL - Maranhão – 2022 e 2023 – Em (R\$)

Receitas	1º quadrimestre de 2022	2º quadrimestre de 2022	3º quadrimestre de 2022	1º quadrimestre de 2023
RECEITAS CORRENTES (I)	26.344.648.531	28.326.499.786	30.020.118.808	30.308.995.620
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.517.038.324	13.328.424.091	13.815.109.634	13.470.422.762
ICMS	10.349.229.435	11.148.769.661	11.469.444.478	10.934.468.286
IPVA	621.531.136	681.933.882	680.702.384	814.933.461
ITCD	96.089.910	48.873.966	56.591.769	66.150.766
IRRF	1.029.527.113	998.423.019	1.150.371.736	1.167.828.206
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	420.660.731	450.423.564	457.999.267	487.042.042
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.517.038.324	13.328.424.091	13.815.109.634	13.470.422.762
Receita Patrimonial	187.861.398	229.460.696	468.922.714	699.415.916
Rendimentos de Aplicação Financeira	109.392.317	153.749.482	201.357.956	247.744.219
Outras Receitas Patrimoniais	78.469.081	75.711.214	267.564.759	451.671.696
Receita de Serviços	27.710.282	197.780.826	347.817.592	428.098.881
Transferências Correntes	12.583.890.577	13.472.212.251	14.289.498.138	14.578.381.369
Cota-Parte do FPE	9.614.449.459	10.362.025.859	11.054.652.129	11.397.820.377
Transferências da LC nº 61/1989	95.000.944	87.997.114	83.709.835	72.297.765
Transferências do FUNDEB	1.686.774.863	1.734.890.971	2.070.094.422	2.009.343.587
Outras Transferências Correntes	1.187.665.312	1.287.298.307	1.081.041.752	1.098.919.641
Outras Receitas Correntes	261.131.200	288.306.937	327.104.817	345.012.635
DEDUÇÕES (II)	6.915.134.711	7.426.569.643	7.851.187.957	7.847.262.682
Transferências Constitucionais e Legais	2.687.306.008	2.929.858.516	3.081.003.769	3.067.325.519

Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	651.481.562	693.729.338	676.968.631	685.973.403
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	12.082.720	11.977.307	25.724.003	33.308.489
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.560.645.220	3.784.054.351	4.056.978.913	4.045.476.243
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	19.429.513.819	20.899.930.143	22.168.930.851	22.461.732.939
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	963.805	4.015.307	4.304.307	5.470.920
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	19.428.550.014	20.895.914.836	22.164.626.544	22.456.262.019
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	19.428.550.014	20.895.914.836	22.164.626.544	22.456.262.019

Fonte: SICONFI – Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Anexo 3. Elaboração: DIEESE.

Em comparação ao quadrimestre imediatamente anterior, houve aumento de 2% nas Transferências Correntes - cerca de R\$ 288,9 milhões. A Cota-Parte do FPE cresceu 3,1% (R\$ 343,2 milhões).

A “Receita Tributária⁵”, que representa um pouco mais de 44% das “Receitas Correntes”, no 1º quadrimestre de 2023, registrou um aumento de cerca de R\$ 953,4 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior, o que corresponde a uma variação nominal de 7,6%. Esse crescimento pode ser atribuído principalmente ao aumento nominal na arrecadação do ICMS, que foi de mais de R\$ 585 milhões, representando um aumento de 5,7%. Além disso, o IPVA teve um bom crescimento nominal de R\$ 193,4 milhões, equivalente a 31,1%. O IRRF também apresentou um crescimento nominal de 13,4%, cerca de R\$ 138,3 milhões. Em termos relativos, é possível observar uma queda na receita proveniente do ITCD, com redução de cerca de R\$ 29 milhões em sua arrecadação, o que representa 31,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em comparação com o 3º quadrimestre de 2022, houve queda nominal da “Receita Tributária” de 2,5%, ou seja, redução de R\$ 344,7 milhões.

Com relação a outras receitas, destaca-se um crescimento significativo na “Receita Patrimonial⁶”, com aumento de R\$ 511,6 milhões, o que corresponde a quase quatro vezes

⁵ São receitas com “Impostos, Taxas e contribuições de melhoria”.

⁶ Segundo a 13ª edição do Manual de Demonstrativo Fiscais: A Receita Patrimonial registra o valor da arrecadação da receita patrimonial referente ao resultado financeiro da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários, seja de participação societária (p. 178).

o valor arrecadado no ano anterior. As “Receitas de Serviços” também mostraram um incremento expressivo, cerca de 15 vezes maior, totalizando aproximadamente R\$ 428,1 milhões.

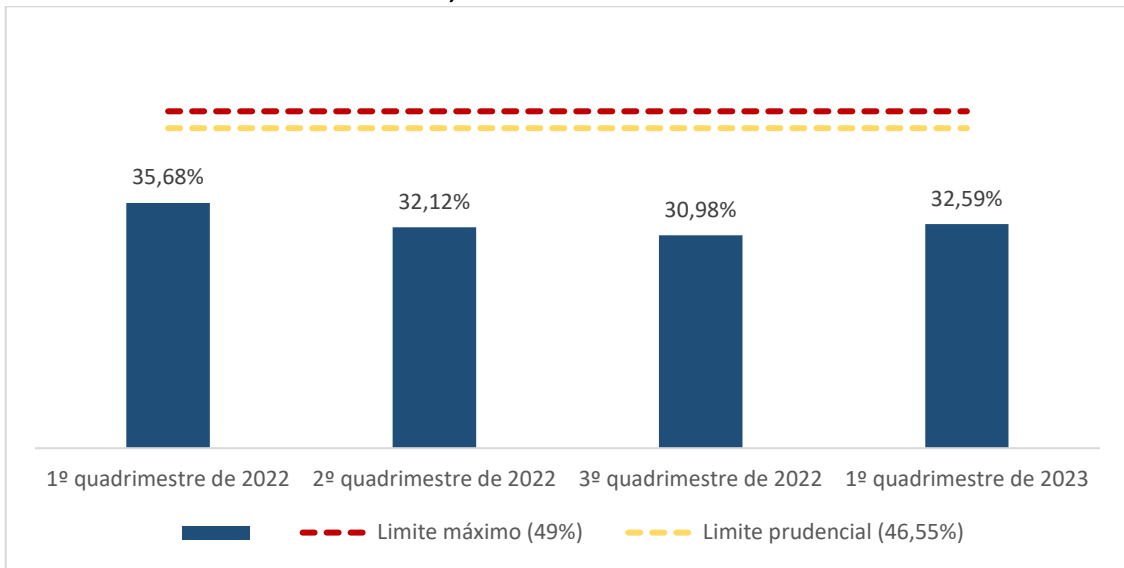
Desta maneira, segundo o relatório publicado no SICONFI, a **“Receita Corrente Líquida Ajustada”** registrou, no 1º quadrimestre de 2023, **aumento nominal de 15,6% em relação ao acumulado no 1º quadrimestre de 2022, equivalente a cerca de R\$ 3 bilhões. Em comparação com o quadrimestre anterior, houve um aumento nominal de 1,3%, equivalente a R\$ 291,6 milhões.** Considerando a inflação do período, a “Receita Corrente Líquida” ajustada cresceu 7,4% em comparação com o mesmo período de 2022. No entanto, em comparação com o 3º quadrimestre de 2022, houve uma redução de 0,7%.

Limites fiscais

Na comparação entre a “Despesa Total com Pessoal” (DTP) e a “Receita Corrente Líquida” (RCL) ajustada é possível analisar os limites fiscais, definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. O Gráfico 2, abaixo, compara a “Despesas Total com Pessoal” com a “Receita Corrente Líquida”, destacando o Limite Máximo de comprometimento, de 49% (linha vermelha) e o Limite Prudencial de comprometimento de 46,55% (linha amarela). Quando esses limites não são respeitados, os chefes dos poderes sofrem sanções legais como, por exemplo, a proibição de criação de novos cargos e até restrições na obtenção de crédito, entre outras previstas nos artigos 22 e 23 da LRF.

No 1º quadrimestre de 2023, a relação DTP/RCL ficou em 32,6%, abaixo dos limites impostos pela LRF. **Desta maneira, de acordo com o RGF publicado pelo SICONFI, o indicador da DTP em relação à RCL, registrou aumento de 1,6 ponto percentual em relação ao quadrimestre anterior. No entanto, quando comparamos com o mesmo quadrimestre do ano anterior é possível notar uma diminuição de 3,1 pontos percentuais no comprometimento da receita com o investimento no pessoal.** Diante disso, o estado do Maranhão encontra-se 14 pontos percentuais abaixo do limite prudencial e 16,4 pontos percentuais abaixo do limite máximo, segundo a LRF.

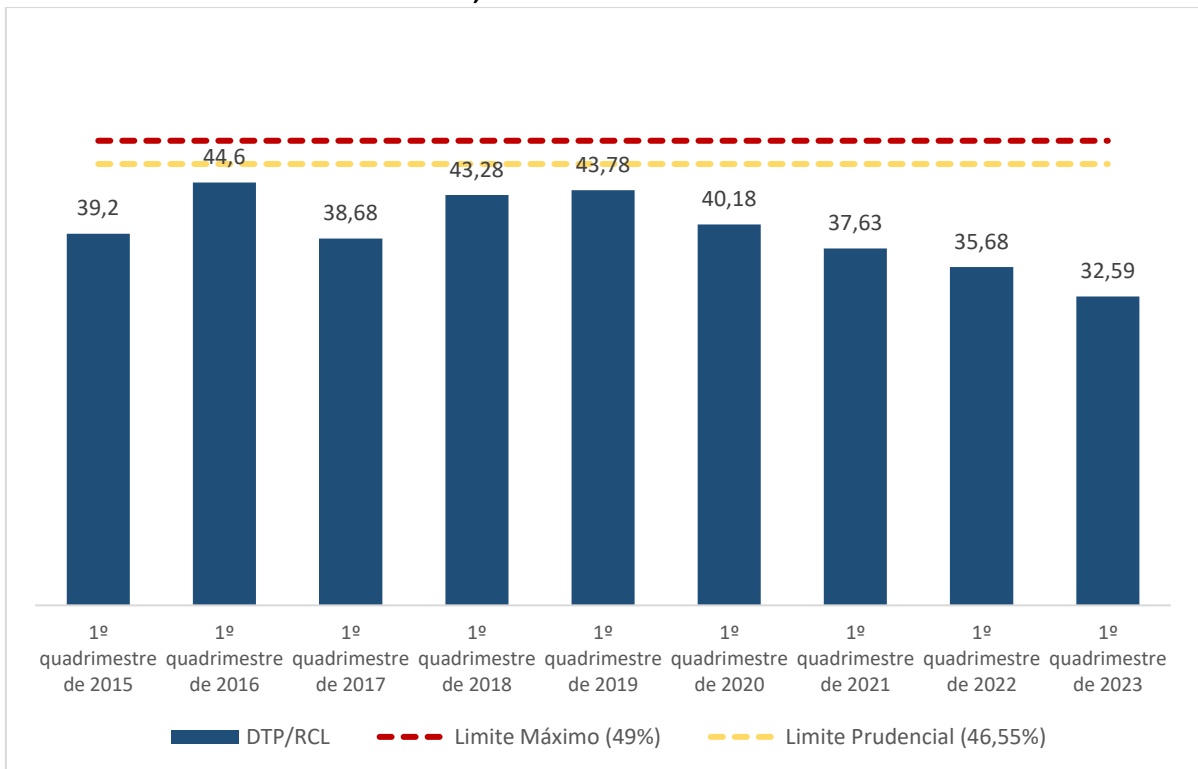
Gráfico 2 – Comprometimento da RCL com a Despesa Total com Pessoal e limites da LRF no estado do Maranhão, 2022 e 2023 – acumulado em 12 meses



Fonte: SICONFI – Relatório de Gestão Fiscal. Elaboração: DIEESE

ANEXO

Gráfico 2 – Comprometimento da RCL com a Despesa Total com Pessoal e limites da LRF no estado do Maranhão, 2015 e 2023 – acumulado em 12 meses



Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Diretor Executivo – Carlos Andreu Ortiz

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe responsável: Ricardo Tamashiro (ricardo@dieese.org.br), e revisão de Thiago Soares.